



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

MEMÓRIA, FRAGMENTOS, PATRIMÔNIO: RELAÇÃO DOS CICLOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SANTA MARIA COM SEUS TESTEMUNHOS EDIFICADOS.

Francisco Queruz (Universidade Franciscana) - francisco@ufn.edu.br

Formado em Arquitetura e Urbanismo pela UFSM. Especialista em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural pelo CECREPAC - UFSM. Mestre em Construção Civil pelo PPGEC - UFSM. Coordenador e docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFN, Santa Maria

Juliana Lamana Guma (Universidade Franciscana) - arq.juguma@gmail.com

Formada em Arquitetura e Urbanismo pela UFN. Especialista em Gestão Estratégica do Território Urbano pela UNISINOS. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR - UFRGS. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFN, Santa Maria - RS

Memória, fragmentos, patrimônio

Relação dos ciclos de desenvolvimento urbano de Santa Maria com seus testemunhos edificados.

RESUMO

A história de uma cidade pode ser contada através dos seus remanescentes edificados? Existe relação entre os períodos urbanos mais lembrados com suas edificações preservadas? Ao longo desse texto, pretende-se analisar a evolução da malha urbana de Santa Maria/RS através de sua expansão, mas também identificar os bens arquitetônicos preservados. Para a identificação dos ciclos, utiliza-se da metodologia de Célia Ferraz de Souza (1997) que indica que a divisão da evolução urbana pode ser organizada em tantas fases quanto consideradas necessárias para compreender o crescimento de uma cidade e estas podem ser multifatoriais. A abordagem que será realizada a seguir consiste na revisão dos conceitos de desenvolvimento urbano e sócio-espacial, proposta por Marcelo Lopes de Souza (2020), percebendo assim as nuances e que estão implícitas nesses conceitos e também a compreensão da forma como ocorre a valorização e a manutenção de bens para o estabelecimento de identidade a uma comunidade. A partir deles, serão propostos ciclos de desenvolvimento e evolução urbana para a cidade de Santa Maria, com base nas bibliografias disponíveis, para então perceber quais são os exemplares relevantes que ainda participam da construção do mosaico identitário urbano e que foram reconhecidos através de legislações municipais, estaduais ou federais. Por fim, observa-se quais são os períodos mais e menos lembrados e preservados do município, até o momento.

Palavras-chave: Desenvolvimento Socio-Espacial; Evolução Urbana; Patrimônio Edificado

INTRODUÇÃO

Santa Maria, no centro do Rio Grande do Sul, possui mais de 250 mil habitantes, sendo a maior cidade da região. A sua localização estratégica oportunizou a instalação de um acampamento militar que deu origem à cidade, no século XVIII. No estudo da sua evolução urbana é possível identificar ciclos em que diferentes atores e vetores de crescimento urbano influenciam na dinâmica da cidade criando memórias e deixando marcas na sociedade. Contudo, somente no último século, é possível perceber uma considerável expansão do tecido urbano e uma densificação mais relevante, a partir do estabelecimento e consolidação de importantes vetores de atração de público, como a implantação da malha ferroviária e da Universidade Federal.

Se considerarmos que Souza (2020) conceitua desenvolvimento como melhoria da qualidade de vida e justiça social, entendendo valores sociais,

culturais e ambientais locais, pode-se considerar que Santa Maria tem passado realmente por ciclos de verdadeiro desenvolvimento urbano? Como o reconhecimento identitário de uma sociedade, aqui uma cidade, é um fator relevante para compreender o seu desenvolvimento, a proposta para este texto então é identificar, nos diferentes períodos de desenvolvimento e expansão urbana, com as diversas influências geradas pela dinâmica local, remanescentes arquitetônicos e seu reconhecimento. Assim, pretende-se perceber como a comunidade local reconhece a história ainda presente nos seus bens edificados e por fim compreender se a esfera cultural é considerada nesses ciclos.

A abordagem que será realizada a seguir consiste na revisão dos conceitos de desenvolvimento urbano e sócio-espacial, percebendo assim as nuances e que estão implícitas nesses conceitos e também a compreensão da forma como ocorre a valorização e a manutenção de bens para o estabelecimento de identidade a uma comunidade. A partir deles, serão propostos ciclos de desenvolvimento e evolução urbana para a cidade de Santa Maria, com base nas bibliografias disponíveis, para então perceber quais são os exemplares relevantes que ainda participam da construção do mosaico identitário urbano e que foram reconhecidos através de legislações municipais, estaduais ou federais. Por fim, tentará se perceber quais são os períodos mais e menos lembrados e preservados do município, até o momento.

DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL E A VALORIZAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO

A vida de boa parte da população mundial hoje ocorre nas cidades. A concentração de população em meios urbanos tem crescido nas últimas décadas e mostra que esses locais são e serão o principal palco para a vida humana. As cidades brasileiras acompanham esse movimento, que aplicado ao urbano é comumente chamado de desenvolvimento. Todavia, o uso dessa terminologia, que tem como definição o “ato ou efeito de desenvolver (-se)” ou ainda de “progresso ou crescimento” (HOUAISS et all, 2015, p. 316) está bastante arraigada a ideia de desenvolvimento econômico.

A noção de desenvolvimento como desenvolvimento econômico ganha força a partir da década de 1950 baseada nas ideias de crescimento econômico e de modernização tecnológica, como bem observa Souza (2020, p. 96). Contudo, essa visão, que frequentemente considera como subproduto do processo a melhoria de indicadores sociais, na verdade atende a lógica do capitalismo que prevê a acumulação de bens às custas da exploração das pessoas e do meio ambiente. Dessa forma, o que se percebe é que o desenvolvimento econômico, de forma geral, visa a produção contínua e sempre com o maior ganho possível, ou seja, não tem como premissa a melhoria de indicadores sociais, como a saúde, educação e, para este estudo, cultura.

Buscando uma visão mais compreensiva e coerente às carências e necessidades dos chamados “países em desenvolvimento” é que Souza (2020) propõe o conceito de desenvolvimento sócio-espacial. Trata-se de considerar como meio para análise não apenas a dimensão econômica, previamente tratada, mas também política, cultural e espacial da sociedade. A identificação do chamado espaço social como um produto das relações sociais e também um

condicionador das mesmas, capaz de refletir a sociedade que o produziu, e ainda de demonstrar as relações de poder, com valores e símbolos inscritos no espaço, justifica a validade desse tipo de compreensão. Desta forma, também coaduna para a visão de que os elementos materiais e imateriais que possuem significados para essa sociedade devam ser mantidos e permitir que sejam percebidos ao espelho e assim se compreendam, como lembra Choay (2001).

Ao longo desse texto, pretende-se analisar a evolução da malha urbana de Santa Maria através de sua expansão, mas também identificar os bens arquitetônicos preservados. Para a identificação dos ciclos, utiliza-se da metodologia de Célia Ferraz de Souza (1997) que indica que a divisão da evolução urbana pode ser organizada em tantas fases quanto consideradas necessárias para compreender o crescimento de uma cidade e estas podem ser multifatoriais. No caso desta pesquisa, a mudança da função urbana local é fator primordial na percepção da mudança de fase da cidade.

Para tanto, a seguir, são pontuados elementos relacionados com a manutenção e a valorização de bens patrimoniais como argumento para o desenvolvimento. O surgimento de uma narrativa que previa o desenvolvimento a partir do reconhecimento e da valorização de seus bens culturais começa a surgir a partir da década de 1960, tornando-se mais forte dos anos 1990 e chegando a atualidade como uma visão comum, padrão. A busca do desenvolvimento das cidades através da valorização de seus bens culturais ocorre de diferentes formas, desde a via turística, *city marketing* e mesmo ações de geração de renda. Por outro lado, vale lembrar que estratégias comerciais mal concebidas comumente degradam referências culturais, através do desmantelamento de métodos tradicionais de produção e gentrificação. (GIANECHINI, 2019; VARGAS, CASTILHO, 2009).

A percepção de Vargas e Castilho (2009, p. 32) para o período iniciado a partir dos anos 1980 e chamado de “Reinvenção urbana”, é de que a revolução das comunicações, somado a facilidade de movimentação, transformou o território na mercadoria a ser consumida por cidadãos de renda elevada, investidores e turistas, transformando-se em local de consumo. As autoras citam ainda que trata-se do exemplo das Olimpíadas de 1992, de Barcelona, e dos projetos brasileiros de valorização organizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sob o nome de Monumenta.

O entendimento contemporâneo de desenvolvimento aplicado as cidades, portanto, demonstra que há uma percepção dupla para a cultura, ou o seu patrimônio cultural, que por um lado pode atrair pessoas pela sua transformação em mercadoria, um ativo que pode ser vendido, mas que por outro pode operar ações que garantam sustentabilidade econômica e valorização social dos grupos envolvidos. É nesse sentido que na década de 1990 é criada pela Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO), a Comissão Mundial para a Cultura e Desenvolvimento, e que produz a chamada Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, em 2001, e chancelada no ano seguinte. Essa, em seu artigo 3º, que versa sobre a diversidade cultural, fator de desenvolvimento, postula:

A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha à disposição de todos; é uma das origens do desenvolvimento, entendido não apenas em termos de crescimento econômico, mas também como

meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória (UNESCO, 2002, P. 7).

Com base nessas referências, a partir de agora será buscado organizar a evolução urbana do município de Santa Maria, por períodos, para então perceber quais foram os grupos sociais que interferiram no seu desenvolvimento, e então listar remanescentes edificados desses períodos, partes da memória da cidade que foram valorizados.

CICLOS DE DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO URBANA EM SANTA MARIA

A cidade de Santa Maria participou, desde o início do século XIX, da estruturação e consolidação dos limites do Rio Grande do Sul. Se em um primeiro momento conformou o limite entre colônias portuguesa e espanhola, posteriormente ajudou a assegurar um sistema de defesas estratégicas e de mobilidade, organizando a interiorização da colonização e configurando-se no século XX como uma cidade média com privilegiada estrutura militar e com vocação para o ensino. Ao longo desses mais de dois séculos, recebeu a influência de diversos atores, de grupos de imigrantes a empresas e instituições de Estado, que atuaram como vetores de crescimento, e ajudaram a imprimir marcas a edifícios, ruas e bairros.

A seguir, serão propostos 5 ciclos que demonstram a evolução urbana através das influências geradas por esses atores. Pretende-se assim perceber como os vetores influenciaram na expansão da cidade, mas em especial os períodos de construção dos edifícios que remanescem ainda na malha urbana, e quais as relações que eles possuem com esses atores. A critério de organização, serão identificados os bens que já estão tombados ou declarados como patrimônio, pois assim garante-se que houve reconhecimento dos mesmos, ao menos por uma parcela da população local.

Ressalta-se que lei complementar 118/2018, de Santa Maria, instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial do Município. Como as zonas de uso do solo foram alteradas por essa lei, uma região da cidade, que recebia uma espécie de proteção prévia, foi desprotegida (chamada de Zona 2). Como consequência, emergencialmente, foi decretado o tombamento de 135 bens, que agora, em 2021, ainda seguem em processo de recursos e discussão sobre o mérito. Portanto, não estão sendo considerados, pois o processo não está findado ainda.

Primeiro Ciclo – Acampamento Militar – De 1797 A 1801

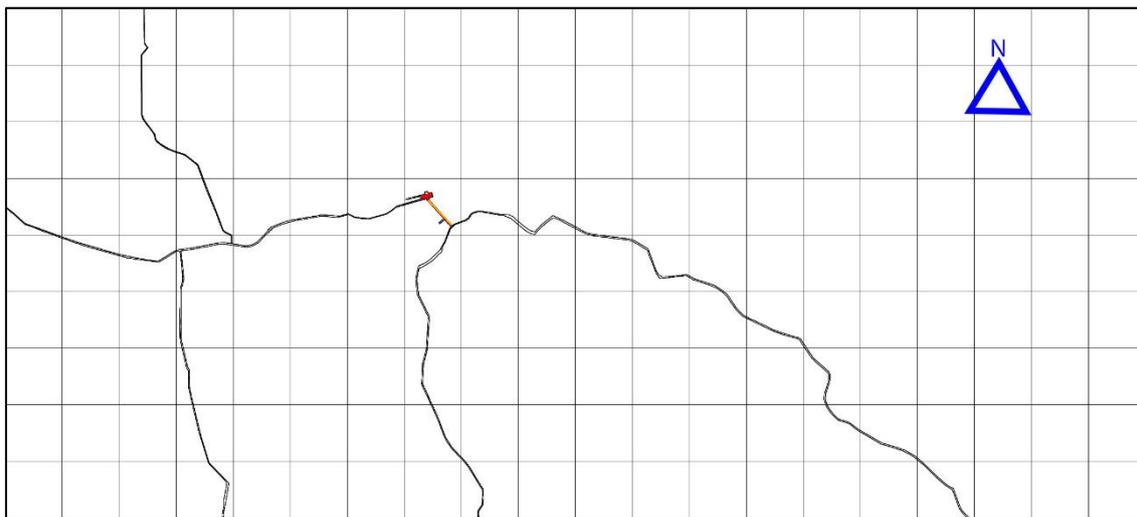
O primeiro momento identificado para análise parte do estabelecimento de um grupo de portugueses da Segunda Comissão Demarcadora de Limites, em 1797, no que se considera o núcleo de formação do tecido urbano, junto a atual praça Saldanha Marinho e rua do Acampamento (grifadas em vermelho na figura 1). A instalação da 2ª Comissão Demarcadora de Limites foi uma consequência do novo estabelecimento de fronteiras entre Portugal e Espanha advinda do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. A partir daquele momento, a posição de Santa Maria passa a se tornar relevante, próxima ao Forte espanhol

de São Martinho da Serra e também próximo a Guarda portuguesa de São Pedro, instalada junto ao chamado Arroio dos Ferreiros, hoje na área urbana de Santa Maria (MACHADO, 2008).

Mesmo que as bibliografias tenham clara a existência de colonizadores antes no local, é neste momento que ocorre a organização de vias, fortificação e habitações para o grupo. O acampamento militar fica instalado neste local até o ano de 1801, quando é desmobilizado e chamado de volta a Porto Alegre. Neste interstício, contudo, afluíram para o local familiares de militares, oriundos de Rio Pardo, índios provindos das missões jesuíticas e pessoas do entorno, sendo que a retirada da Comissão não finda a ocupação no local, que passa então a se manter como ponto de passagem e mesmo de controle em relação aos espanhóis recém evadidos de São Martinho (BELTRÃO, 1958; BELEM, 2000).

Deste período, as únicas reminiscências são os espaços urbanos deixados no alto da colina e no divisor de águas contíguo, bem a feição portuguesa: a praça Saldanha Marinho, a rua do Acampamento e ainda o caminho que levava até a Guarda de São Pedro (Figura 1).

Figura 1 - Mapa reconstituído com a possível organização do acampamento que deu origem a Santa Maria, retratando o ano de 1819, com o posicionamento da praça central, hoje, Saldanha Marinho (marcada em vermelho na figura) além do caminho Norte -Sul, sobre o divisor de águas, atual rua do Acampamento (marcada em amarelo na figura). As outras linhas são estradas possivelmente existentes nesse período.



Fonte: SALAMONI, 2008. Adaptado pelos autores.

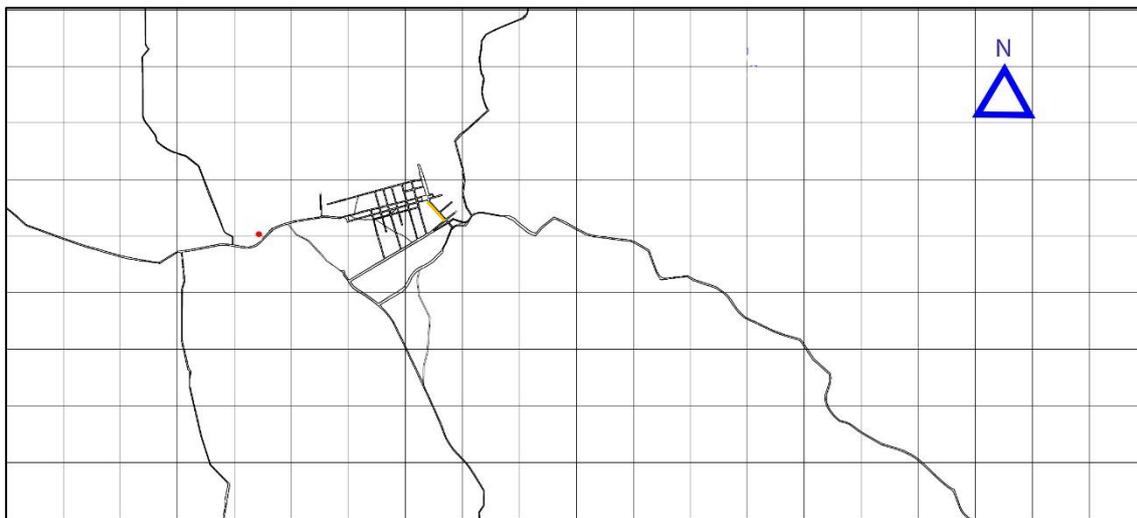
Segundo ciclo – consolidação da vila – de 1802 a 1857

O segundo momento identificado para análise é relevante pois mostra a consolidação desse adensamento de população, já sob o nome de Santa Maria, na estrutura da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Trata-se de um período de expansão da estrutura urbana, que é elevada à categoria de Vila em 1819, e em 1837 é reconhecida como freguesia, sob o nome de Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte. Cabe observar que neste momento as fronteiras sulinas estão em disputa, e em 1828 ocorre a chegada do chamado 28º Batalhão de Estrangeiros à vila, composto por soldados alemães contratados para lutar na Guerra Cisplatina. Contudo, com o final dessa guerra, o Batalhão não chega a entrar em ação e é desmobilizado, e vários desses alemães acabam

por não retornar, mas fixam residência. As funções posteriormente desenvolvidas pelos mesmos foram diversas, de construtores a alfaiates, mas formam um primeiro núcleo de imigrantes, que serão sucedidos por diversos outros. Neste período também ocorre a mobilização de homens de Santa Maria para lutar junto a Guerra contra Oribe e Rosas, entre 1851 e 1852. Esses movimentos de soldados, que irão acontecer posteriormente também na Guerra do Paraguai, geram perdas, com ausências e mortes, mas também ressignificam a vila nos retornos (MACHADO, 2008, BELTRÃO, 1958; BELEM, 2000).

Estima-se que seja deste período a ruína do edifício conhecido como Soteia, localizado na Estrada do Arenal, que ligava a cidade com a fronteira oeste (figura 2). É o primeiro bem a constar na listagem de pertencimentos da comunidade local. Seu valor está atribuído a longevidade e a propriedade por parte da família Niederauer, cujo patriarca teve destacado papel na Guerra do Paraguai.

Figura 2 - mapa reconstruído do período de 1861, onde já se percebe a malha urbana crescendo a oeste e sul, com a estrutura da Estrada da Aldeia (atual Presidente Vargas). No caminho que seguia para a fronteira, a oeste, é possível perceber a existência do primeiro bem listado como reconhecido, mesmo que hoje em ruína, a Soteia (círculo em vermelho). A linha amarela no mapa é a Rua do Acampamento.



Fonte: SALAMONI, 2008. Adaptado pelos autores.

Observa-se neste período uma ampliação do núcleo inicial do povoamento, com traçado bastante regular das novas vias que contrastam com o traçado mais espontâneo das estradas já existentes. Chama atenção que a Sotéia, único bem reconhecido deste período, esteja distante deste núcleo principal.

Terceiro ciclo – município de santa maria - 1858-1884

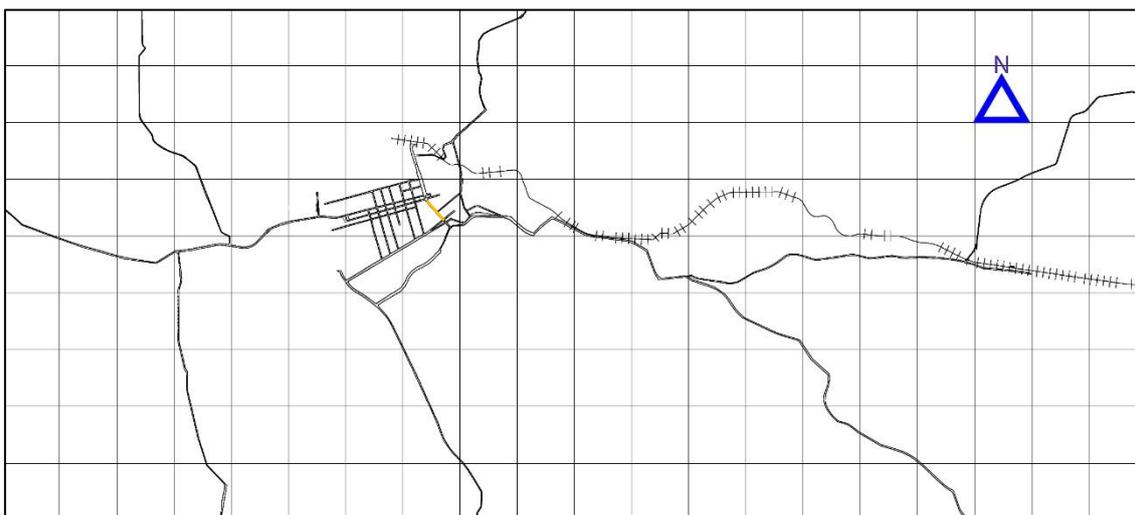
Este ciclo apresenta-se bastante curto, mas possui delimitações relevantes e que justificam a sua escolha. No ano de 1858 marca a emancipação de Santa Maria, portanto também de constituição de sua própria estrutura administrativa. O período que vai de 1864 a 1870 apresenta intensa movimentação de soldados instados a lutar na Guerra do Paraguai.

Este período também teve a chegada dos primeiros imigrantes italianos na chamada 4ª colônia, ou Colônia de Silveira Martins, a partir do ano de 1877.

A partir de um grupo relativamente pequeno, ocorreu a ocupação do espaço que pertencia ao município de Santa Maria, e permitiu a inserção de uma nova cultura e realidade para o local.

Finalmente, esse período também percebeu a preparação de Santa Maria para receber a linha de ferro que reorganizaria o transporte no estado, e que será abordado no próximo ciclo. Neste momento, dá-se o início da expansão do tecido urbano a Norte, chegando aos trilhos, mais especial, a estação férrea que seria inaugurada. Contudo, não há prédios preservados por lei ou decreto deste período.

Figura 3- mapa reconstituído do ano de 1885. Apesar da relevância deste período, não há bens tombados ou reconhecidos referentes a ele. A linha amarela no mapa é a Rua do Acampamento.



Fonte: SALAMONI, 2008. Adaptado pelos autores.

Observa-se, ainda, que a malha urbana pouco se expandiu, com exceção da via que se conecta ao traçado ferroviário. O caminho desenhado pelos trilhos faz a conexão com a região leste da cidade que posteriormente receberá a Universidade Federal.

Quarto ciclo – entroncamento ferroviário – de 1885 a 1953

O quarto ciclo identificado para esta análise compreende o período de ascensão da chamada sociedade ferroviária em Santa Maria. A fase, que se inicia anteriormente a esta data, com a proposição de um plano estratégico de estradas de ferro para o Rio Grande do Sul, começa a se consolidar com a chegada oficial dos trilhos em final de 1885, próximo ao arroio Itaimbé, ao Norte da cidade, vinda do Leste da província e compondo o tronco principal, que ligaria Porto Alegre a Uruguaiana. Conforme elucida Beltrão:

Outubro, 15 – Pelo Vice-Presidente da Província, Dr. Miguel Rodrigues de Barcelos, é solenemente inaugurado o trecho Cachoeira- S. Maria da via férrea Margem do Taquari - S. Maria, com bailes, banquetes e passeatas. Antes de entregue oficialmente a linha ao tráfego, correram trens de carga. (BELTRÃO, 1958, p. 328)

A estrada, que poucos anos depois seria finalizada, já estabeleceu Santa Maria como o ponto médio do percurso, portanto passagem para todos os

produtos vindos da fronteira e dos manufaturados trazidos de Porto Alegre. Contudo, a cidade também foi escolhida para iniciar um novo tronco, que faria a conexão do Rio Grande do Sul com São Paulo, na chamada linha Santa Maria-Itararé. O primeiro trecho dessa estrada, conectando a partida com Cruz Alta, ocorreu já em 1894, e em 1910, chegava a divisa com Santa Catarina, no que hoje é o município de Marcelino Ramos (IPHAE, 2002).

Apesar da construção das estradas se dar de formas diversas, houve o emprego de investimentos externos para que os trechos se consolidassem, em especial inglês e belga. A *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil* arrendou inicialmente a estrada Porto Alegre-Uruguaiana em 1898 e em 1905 assumiu o arrendamento de praticamente todas as estradas do estado (IPHAE, 2002, p. 21-22). A importância desse arrendamento para a cidade de Santa Maria foi a opção da empresa belga em instalar a sede de suas instalações nessa cidade, trazendo assim técnicos e gestores externos, além de toda a infraestrutura necessária para a manutenção e ampliação de seu funcionamento. Essas instalações também atraíram muitos funcionários para operar as linhas férreas. A companhia férrea, que em 1920 foi retomada pelo governo do estado, deu as bases para a formação de uma sociedade ferroviária, que mesmo que fosse particionada internamente em subgrupos, permitiu a formação de uma cooperativa, que alavancou a construção de escolas, serviços de alimentação e outras demandas para essa população.

A grande estrutura organizacional dessas gestoras das linhas de ferro, somadas a sociedade que girava em torno dela e ainda a presença do entroncamento ferroviário, permitiu o florescimento de uma sociedade pujante, com grande atração de público e movimentação de renda. Nessa esteira, novos grupos de imigrantes também se instalaram em Santa Maria, caso dos colonos judeus que se instalaram na chamada fazenda Phillipson, pertencente hoje a Itaara. (BELTRÃO, 1958; BELEM, 2000).

Ainda, o período após a Guerra do Paraguai obrigou a reorganização das estruturas das forças armadas e consolidou a posição estratégica da cidade, agora também provida de estradas de ferro. Nesse sentido, Brigadas e Regimentos foram instalados a partir de 1908, em um movimento que seria crescente com o passar dos anos, reposicionando Santa Maria no cenário estadual e nacional (MACHADO, 2008). As edificações desse período que foram elencadas como reconhecidas pela população são várias, e podem ser identificadas através da Figura 4, a seguir.

Figura 4- mapa reconstruído do ano de 1944, onde se percebe a grande expansão urbana dada pelo chamado ciclo ferroviário, e a indicação dos diversos bens reconhecidos pela comunidade que provém desse período. A linha amarela no mapa é a Rua do Acampamento.



Fonte: SALAMONI, 2008. Adaptado pelos autores.

Estão listadas e marcadas neste mapa os seguintes bens ligados diretamente às demandas e organizações dos ferroviários: Vila Belga, Colégio Santa Terezinha (Manoel Ribas), Escola de Artes e Ofícios, Açougue, Estação Ferrea de Santa Maria, Estação Férrea de Camobi, Estação Férrea de Arroio do Só, Oficinas do KM3. Ainda, construções que indicam o desenvolvimento econômico e cultural da cidade, a saber: Edifício do Banco do Comércio, Torrefação de Café e Fábrica de Gelo e Sabão, Edifício sede da Sociedade dos Caixeiros Viajantes, Coreto e fonte da Praça Saldanha Marinho, Colégio Olavo Bilac, Edifício da Antiga Intendência (Camara de Vereadores), Palácio da Justiça, Colégio Centenário, Clube Caixeral, Edifício da SULBRA.

Reconhece-se, também, exemplares da religiosidade local como a Igreja Luterana de Santa Maria, a Catedral de Santa Maria, a Catedral do Mediador e a Sinagoga de Santa Maria. Por fim, residências e jazigos de importantes atores da sociedade no período: Residência de Manoel Ribas, Jazigo da Família Isaía, Palacete Batista Seroni, Residência de José Luis Silveira (Silveirinha), Residência Evandro Ribeiro (TV OVO).

Neste ciclo, é possível perceber, também, a significativa expansão do tecido urbano que já ultrapassa a barreira da via férrea e origina no seu traçado os bairros operários que dela dependem. Ainda, há um significativo crescimento do centro urbano, junto aos pontos de comércio e serviços que complementam as atividades e as novas dinâmicas urbanas motivadas pelo entroncamento ferroviário. Os bens patrimoniais reconhecidos deste período concentram-se, em sua maioria, na chamada Avenida Progresso – hoje Avenida Rio Branco, caminho entre a estação e a região central da cidade.

Quinto ciclo – centro estudantil e militar – 1954 até atualidade

O quinto ciclo identificado inicia-se em 1954 com a fundação da Faculdade de Medicina de Santa Maria, e sucedida em 1955 com a fundação da Faculdade Imaculada Conceição (FIC). Trata-se do início da formação de caráter superior

sediada no município. Em 1960, a Faculdade de Medicina, passa a integrar parte da chamada Universidade de Santa Maria (USM), junto com Odontologia, Farmácia e o instituto Eletrotécnico, e que em 1965 seriam federalizadas, formando a UFSM. Em 1964 também é dado início as Faculdades Franciscanas (FAFRA), conjunto de ações que trariam outras expectativas de afluência de público para buscar formação (UFSM, 2021; MACHADO, 2008).

Contemporâneas a essas ações, o ano de 1956 também vê um aporte muito considerável à expansão de Santa Maria, pois são desapropriados, em área lindeira ao núcleo urbano, a Sul, 5.000 hectares de terras para uso do exército brasileiro. Trata-se do espaço utilizado hoje por diversas unidades militares, no Bairro Boi Morto. A partir dessa data, mas em especial no período de 1972 a 1974, várias unidades são transferidas, aumentando muito o contingente de militares alocados. Coaduna a esse incremento a instalação, em 1970, da Base Aérea de Santa Maria (BASM), ainda como reflexo do posicionamento brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial (MACHADO, 2008).

Esses contingentes populacionais que são recebidos pelo município, vão se avolumando gradativamente, e permitem que a cidade chegue a virada de século com interferências de grupos que até então eram mais raros, e que possuem como característica a flutuação, pois em grande parte se retiram após cumprir parte de suas atividades. Se por um lado promovem a oxigenação da população residente, por outro, estabelecem poucas raízes e relações de pertencimento com Santa Maria.

Ao analisar a expansão destas últimas décadas, percebe-se que a implantação desses equipamentos já citados acima, a leste (UFSM e BASM), são decisivos para a expansão da cidade naquele sentido, assim como a implantação de grandes conjuntos habitacionais de interesse social e um distrito industrial a Oeste também estendem a cidade naquele sentido.

Figura 5- mapa reconstruído do ano de 2003, onde é possível perceber o único bem tombado ou reconhecido pela comunidade, o altar monumento da Basílica Nossa Senhora da Medianeira, marcado em vermelho. A linha amarela no mapa é a Rua do Acampamento.



Fonte: SALAMONI, 2008. Adaptado pelos autores.

É possível constatar significativa densificação urbana ao longo do traçado das linhas ferroviárias, inicialmente resultado de interessante localização para os trabalhadores que delas dependiam. Porém, a partir dos anos 1990, com a desativação de algumas linhas e do transporte de passageiros muitas das áreas junto aos trilhos sofreram ocupações irregulares que redesenharam o tecido da cidade.

Localizado junto à Basílica de Nossa Senhora Medianeira, o Altar Monumento, único bem identificado deste período, tem conexão com uma vocação da cidade relacionada aos cultos religiosos católicos, principalmente. São muitos os bairros da cidade identificados com nomes de Nossa Senhora e as igrejas são marcos reconhecidos no tecido urbano, mesmo que não sejam objeto de tombamento ou de legislação de proteção.

A revisão do Plano Diretor em 2018 e perspectivas de preservação patrimonial

Ainda, não é possível reconhecer um novo ciclo de evolução urbana na cidade, mas significativas ações vêm ocorrendo na cidade nos últimos anos para colocá-la num cenário turístico e criativo, buscando potencializar uma nova função urbana diretamente conectada com a preservação da memória local.

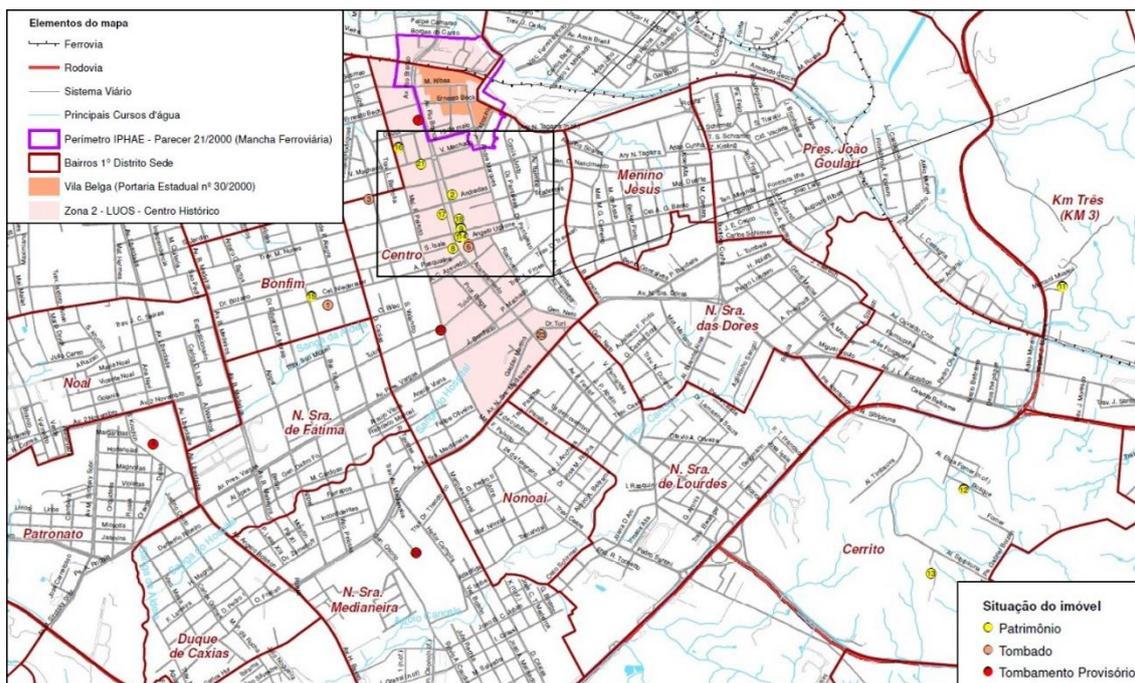
Legalmente, merece destaque a criação, em 1996, do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria (COMPHIC-SM), um órgão consultivo que atua ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal, que atua na preservação dos bens patrimoniais culturais da cidade. E, ainda, as discussões motivadas pela elaboração do Plano Diretor em 2005 que motivou a listagem de diversas edificações municipais consideradas significativas por diferentes atores locais, principalmente ligados à pesquisa sobre patrimônio.

Recentemente, a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial em 2018, motivou discussões acerca da chamada Zona 2 de planejamento que compreende o Centro Histórico da cidade que já possui exemplares reconhecidos pela comunidade e pela legislação como patrimônios locais importantes (Figura 6).

A Zona 2 está marcada em rosa na Figura 6 e compreende as imediações da Avenida Rio Branco e Rua do Acampamento, assim como a região da Estação Férrea e da Vila Belga. Estão identificados neste mapa 27 imóveis considerados patrimônio, com processo de tombamento concluído e tombamento provisório.

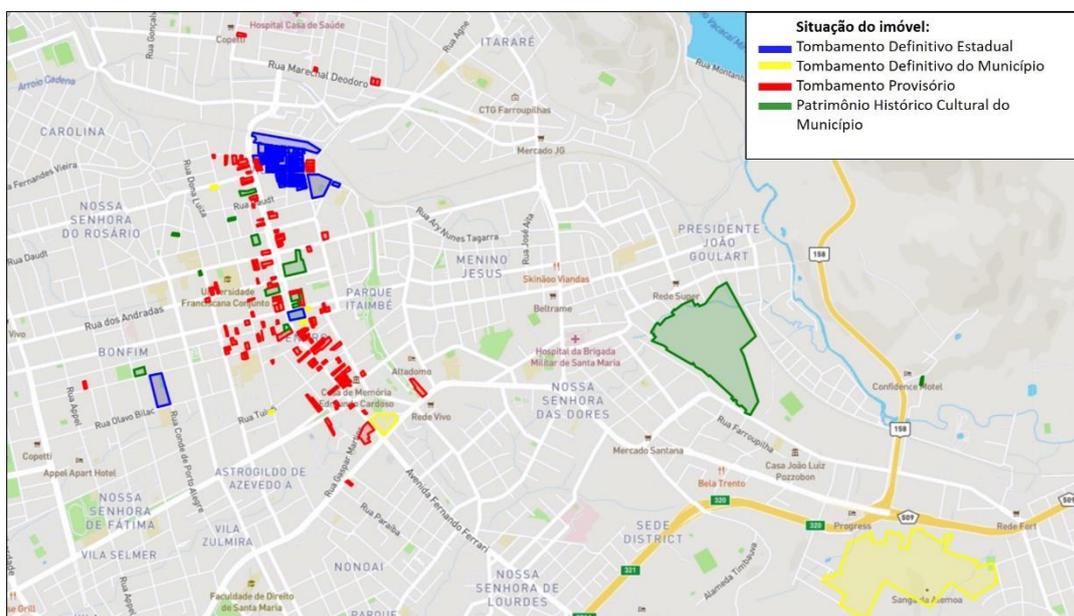
Depois desta revisão, foram listados, 138 bens indicados para proteção municipal pelo COMPHIC. Desses, 125 permanecem na listagem mais atualizada e estão sendo objeto de inventariação, em uma parceria do poder público com universidades locais. A maioria destas edificações localizam-se na Zona 2, no eixo da Avenida Rio Branco. Como o processo está em andamento, ainda não é possível identificar a data de construção de todas as edificações, nem seu uso atual. O Instituto de Planejamento de Santa Maria disponibiliza para consulta online o mapa do patrimônio histórico construído da cidade, como é possível observar no recorte mostrado na Figura 7.

Figura 6- Mapa do Patrimônio Histórico Construído 1º Distrito Sede - Município de Santa Maria



Fonte: Anexo 11 da Lei 117/2018. Lei de Uso do Solo de Santa Maria, RS. Modificado pelos autores.

Figura 7- Mapa interativo do Patrimônio de Santa Maria, com localização dos bens tombados em nível municipal e estadual, tombamento provisório e patrimônio histórico cultural.



Fonte: Instituto de Planejamento de Santa Maria.< <https://iplan.santamaria.rs.gov.br/>> Consultado Nov2021. Modificado pelos autores.

Percebe-se que, caso as edificações que encontram-se em tombamento provisório, marcadas em vermelho na imagem, tenham seu processo de preservação confirmado, o centro histórico aumentará de forma significativa seus bens protegidos. Ainda, influenciará na qualidade do espaço urbano local e nas ações de fomento ao turismo e à implantação de um distrito criativo que se inicia na Vila Belga.

Por fim, as ações de preservação do patrimônio também interferem nos processos de verticalização na área central da cidade com o intuito de garantir que o crescimento e adensamento local se dê, garantindo o efetivo desenvolvimento sócio-espacial. Em um futuro próximo, é possível que tais atividades de preservação promovam uma nova função urbana para Santa Maria, talvez iniciando um novo ciclo de desenvolvimento local com menor prejuízo possível para a memória e história local, de forma que a sociedade a reconheça no espaço urbano em que vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As percepções obtidas até este momento são iniciais, ainda insuficientes para se ter uma compreensão plena relacionada a forma como a população de Santa Maria compreende os seus bens edificados. Contudo, podem mostrar um caminho que relacione o que está sendo preservado e o que foi desconsiderado ou esquecido pela memória coletiva, transposta em bem edificados.

Inicialmente, cabe observar, em termos de metodologia adotada para a separação dos ciclos, que não foi encontrado um ponto para identificar se um sexto ciclo da cidade já teria iniciado. Os elementos que caracterizam o quinto ciclo seguem muito relevantes a cidade, contudo talvez a proximidade temporal seja um limitador na compreensão da validade ou não dessa limitação ou continuidade.

Em relação ao levantamento de bens preservados de cada ciclo estabelecido, cabe observar que do primeiro ciclo, datado da fundação da povoação, não se tem remanescentes arquitetônicos, tampouco preservados através de tombamento. O que se pode depreender, desta época, é que a conformação da praça Saldanha Marinho e da rua do Acampamento foram mantidas, assim como parte do traçado da Bozzano. Do ciclo posterior, que é imediatamente anterior a emancipação do município, tem-se um tecido urbano já bem mais extenso, a partir das preexistências urbanas. Quanto a escala arquitetônica, apenas um bem, que não possui data exata de construção, está identificado e em processo de tombamento, a Soteia. Do terceiro período, logo após a emancipação, também não há registros de bens preservados e tombados, apesar da relevância que tal período apresentou. O quarto ciclo, datado pelo início do ciclo ferroviário, até próximo do período da federalização das ferrovias, (ocorrido em 1957), percebe-se uma grande quantidade de bens reconhecidos e tombados ou em processo de tombamento. Tratam-se de bens com características do Ecletismo e dos chamados movimentos modernizantes do início do século XX, em especial o *Art Déco*. Deste momento, há a lembrança da prosperidade econômica que a cidade viveu em decorrência das linhas de trem e da sociedade ferroviária que fora criada. O quinto ciclo, que aborda o incremento populacional relacionado ao ensino e as forças armadas, percebe apenas um bem já tombado, já relacionado com a arquitetura do Movimento Moderno. É claro que, deste período, deve-se considerar também a falta de distanciamento temporal, que talvez não permita a população perceber os bens que lhe são caros.

Enfim, a necessidade de perceber o desenvolvimento como um processo também econômico, mas mais amparado nas referências que os grupos sociais e as dinâmicas urbanas estabelecem e mantêm nas cidades, poderia levar a um

crescimento da mesma, de forma mais justa e plena para uma parcela maior da população. No caso de Santa Maria, compreende-se que determinados períodos de desenvolvimento da cidade estão esquecidos, seja pela perda dessas referências, ou pela negligência com esses exemplares remanescentes.

As ações de verticalização e demolição de muitos exemplares que são testemunhas da evolução urbana da cidade têm marcado os últimos anos e indicam, ainda mais, a necessidade de viabilização do conceito de desenvolvimento sócio-espacial nos processos de gestão urbana. A esperança, por fim, de que as memórias e histórias da cidade não mais se percam é ressignificada pelas diversas ações que começam a movimentar o *status quo* da sociedade santa-mariense atualmente, como a criação de coletivos, eventos e iniciativas público-privadas que abordam a temática e, com a expectativa de consolidação da proteção dos bens listados em 2018.

REFERÊNCIAS

Livros, capítulos de livros e artigos:

BELEM, João. *História do Município de Santa Maria – 1797/1933*. 3 ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

BELTRÃO, Romeu. *Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho*. Volume I (1787-1930). Santa Maria: Editora Pallotti, 1958.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 2001. 282 p.

GIANECHINI, Ana Clara. *O patrimônio como recurso para o desenvolvimento*. In: Mouseion – Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle. Canoas: Universidade La Salle, 2019. N. 33. P. 31-40. Disponível em: <https://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/6047>. Acesso em junho de 2021.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Pequeno Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO - IPHAE. *Patrimônio ferroviário do Rio Grande do Sul: inventário das estações 1874-1959*. Porto Alegre: IPHAE, 2002. 584 p.

MACHADO, Marcia Kaipers. *A Presença do Exército e da Aeronáutica na Organização Espacial de Santa Maria-RS*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 175p. 2008.

SANTA MARIA. *Lei de Uso do Solo de Santa Maria – LUOS*. Lei complementar 117/ 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. 11ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SOUZA, Célia Ferraz; MULLER, Dóris Maria. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1997.

Outros meios:

SALAMONI, Gian Franco. *O Crescimento Urbano por Extensão e suas Repercussões Morfológicas em Estruturas Urbanas: estudo de caso: Santa Maria-RS*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 372p. 2008.

UNESCO. *Declaração Mundial da Diversidade Cultural*. 2002. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em junho de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. *História*. Disponível em: <https://www.ufsm.br/historia/>. Acesso em junho de 2021.